



Com fulcro no Regimento Interno da Universidade da Bahia, assim como do Manual Conjunto 01/2029 UFBA/SUMAI-FAPEX, apresenta o presente de Termo de Referência para lastrear a contratação a ser realizada pela Fundação, conforme disposto no presente documento:

TERMO DE REFERÊNCIA

Base Legal Decreto Federal nº 8.241/2014
Tipo de Contratação **Menor valor – empreitada por preço unitário**

OBJETO E CARACTERÍSTICAS

- 1.1. Contratação de empresa especializada em **projetos de arquitetura e engenharia** para reforma do **Laboratório da História da Enfermagem, Laboratórios de Simulação Realística, Laboratório Multifuncional de Pesquisa e Extensão, Laboratório de Pesquisa e Extensão de Cuidado à Saúde da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia**, Salvador, Bahia, tendo como base os projetos fornecidos, e as condições estabelecidas neste termo de referência e seus anexos.
- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço não comum de engenharia.
- 1.3. O contrato terá um prazo de execução de **180 (cento e oitenta) dias corridos**.
- 1.4. O contrato terá vigência pelo período de **270 (duzentos e setenta) dias corridos**.
- 1.5. O regime de execução do contrato será de o de empreitada por preço unitário.
- 1.6. Disciplinas a serem contratadas para a presente demanda por laboratório:

Laboratório de História da Enfermagem – 269,89m²

- Cadastro arquitetônico;
- Laudo técnico e projeto de recuperação estrutural
- Projeto básico e executivo de arquitetura, coordenação e compatibilização de projetos;
- Projeto básico e executivo arquitetônico expográfico;
- Projeto básico e executivo de estrutura (concreto e metálica);
- Projeto básico e executivo de elétrica e luminotécnica;
- Projeto básico e executivo de telefonia, lógica e cabeamento estruturado;
- Projeto básico e executivo de instalações hidrossanitárias;
- Projeto básico e executivo de climatização;
- Projeto básico e executivo de impermeabilização;
- Projeto básico e executivo de drenagem (ar condicionado e pluvial);
- Projeto básico e executivo de cftv/catv, sonorização e alarme;
- Projeto básico e executivo de prevenção e combate a incêndio e pânico;
- Projeto básico e executivo de SPDA;
- Planilha com quantitativos e orçamentária.

Laboratório de Simulação Realística – 229,60m²

- Projeto básico e executivo de arquitetura, coordenação e compatibilização de projetos;
- Projeto básico e executivo de elétrica e luminotécnica;
- Projeto básico e executivo de telefonia, lógica e cabeamento estruturado;
- Projeto básico e executivo de climatização;



- Projeto básico e executivo de prevenção e combate a incêndio e pânico (com aprovação no Corpo de Bombeiros);
- Projeto básico e executivo de comunicação visual e sinalização;
- Planilha com quantitativos e orçamentária.

Laboratório Multifuncional – 62,20m²

- Projeto básico e executivo de arquitetura, coordenação e compatibilização de projetos;
- Projeto básico e executivo de acústica;
- Projeto básico e executivo de elétrica e luminotécnica;
- Projeto básico e executivo de telefonia, lógica e cabeamento estruturado;
- Projeto básico e executivo de climatização;
- Projeto básico e executivo de drenagem (ar condicionado);
- Projeto básico e executivo de cftv/catv, sonorização e alarme;
- Projeto básico e executivo de prevenção e combate a incêndio e pânico;
- Planilha com quantitativos e orçamentária.

Laboratório de Cuidado a Saúde – 163,62m²

- Projeto básico e executivo de arquitetura, coordenação e compatibilização de projetos;
- Projeto básico e executivo de elétrica e luminotécnica;
- Projeto básico e executivo de telefonia, lógica e cabeamento estruturado;
- Projeto básico e executivo de instalações hidrossanitárias;
- Projeto básico e executivo de climatização;
- Projeto básico e executivo de drenagem (ar condicionado);
- Projeto básico e executivo de cftv/catv, sonorização e alarme;
- Projeto básico e executivo de prevenção e combate a incêndio e pânico (com aprovação no Corpo de Bombeiros);
- Projeto básico e executivo de gases medicinais;
- Projeto básico e executivo de comunicação visual e sinalização;
- Planilha com quantitativos e orçamentária.

ANEXOS

- 2.1. Escopo de projetos
- 2.2. Cronograma de trabalho

MEIO DE COMUNICAÇÃO

- 3.1. E-mail: licitacao@fapex.org.br

JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Objetivo: Modernizar a Infraestrutura e adequar os espaços físicos dos Laboratórios da Escola de Enfermagem da UFBA.
- 4.2. Justificativa: Este projeto visa a modernização da infraestrutura e adequações de espaços físicos da Escola de Enfermagem da UFBA. A Escola de Enfermagem está localizada em um prédio de sete andares construído e inaugurado em 1950 após três anos de início da pri-



meira turma de Graduação em Enfermagem por meio do Decreto Lei 8.779 de 22 de janeiro de 1946. Nesta trajetória, a unidade de ensino passou a ofertar curso de Mestrado Acadêmico e Doutorado, bem como dois cursos de Residência em Enfermagem em Obstetrícia e em Terapia Intensiva pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde. Ademais, possuímos uma Revista Científica em Enfermagem e acolhemos um Comitê de Ética em Pesquisa. No contexto do programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), houve a ampliação de vagas para graduação e reforma significativa do prédio em 2012. Atualmente, com os avanços e progressos alcançados, a unidade apresenta problemas estruturais e conflitantes que afetam a dinâmica das atividades de ensino, pesquisa e extensão nos seus laboratórios, como também prejudicam a conservação de acervos da história, de tecnologias e de distintos materiais. Neste sentido e buscando ampliar a sua ação extensionista e de pesquisa, o projeto de natureza infraestrutural, material e laboratorial levará à melhoria mensurável das condições de infraestrutura e das condições de trabalho, repercutindo positivamente no cumprimento efetivo de sua missão (ensino, pesquisa, extensão). Com vistas à modernização e adequações pretendidas, o projeto abarca o Laboratório da História da Enfermagem; Laboratórios de Simulação Realística; Laboratório de Pesquisa e Extensão de Cuidado à Saúde; e Laboratório Multifuncional de Pesquisa e Extensão, devendo ser desenvolvido as seguintes ações: Elaboração e execução do projeto arquitetônico e estrutural; Elaboração e execução do projeto de climatização e iluminação Aquisição de materiais e tecnologias Os sub-projetos de reforma, ampliação e requalificação, bem como a aquisição de tecnologias e materiais apresentados acima são fundamentais para a função da universidade e, especificamente da Escola de Enfermagem na formação de recursos humanos, produção de conhecimento por meio de pesquisas científicas e extensão universitária com atendimento ao público externo.

NATUREZA DOS SERVIÇOS

5.1. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como serviço não comum de engenharia, de natureza continuada, tendo em vista tratar-se de prestação sob demanda conforme detalhamento dos serviços explicitados nos Anexos.

PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1. O prazo de vigência do contrato será de **270 dias**, a contar da emissão da ordem de fornecimento, podendo ser prorrogado conforme previsto no art. 28 do Decreto Federal nº 8.241/2014.

DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. Trata-se aqui de serviço não comum de engenharia, a ser contratado na modalidade contratação direta, com julgamento pelo menor valor, e execução do serviço por empreitada por preço unitário.

7.2. A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.



REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. A prestadora dos serviços deverá ter conhecimento e capacitação técnica para prestar os serviços relacionados a esse Termo de Referência, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos na Planilha Orçamentária.

8.2. Apresentar documentação fiscal, conforme segue:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

8.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

- 8.3.1. Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT, da empresa licitante e de seu (s) responsável (is) técnico (s), da região a que estiverem vinculados.
- 8.3.2. No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA/ CFT do Estado da Bahia, se necessário, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.
- 8.3.3. Apresentação de cópia autenticada de Certidão de Acervo Técnico – CAT, registrada no CREA / CAU / CFT, associada a Atestados fornecidos pela contratante do projeto (pessoa jurídica de direito público ou privado), contendo o objeto, o período, a área construída e demais informações que comprovem que a equipe mínima da licitante elaborou projetos executivos, na sua área, de forma satisfatória nas seguintes disciplinas: projeto de reforma em área de saúde com área mínima de 360m², projeto de elétrica com área mínima de 360m², projeto de prevenção e combate a incêndio e pânico com área mínima de 360m² e projeto de gases medicinais com área mínima de 80m².
- 8.3.4. Caso a documentação a que se refere o subitem acima, seja assinada digitalmente e com código de verificação online, não será necessária apresentação de cópia autenticada da mesma.

VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

9.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, com ênfase em edificações de referência da UFBA em projetos de pesquisa e extensão para que tenha ciência do escopo dos projetos que irão desenvolver. Nesta vistoria, o licitante deverá ser acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 8 horas às 12 horas, devendo o agendamento ser efetuado até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência pelo e-mail licitacao@fa-pex.org.br.

9.2. O prazo para vistoria, iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até os dois úteis anteriores à data prevista para a abertura da sessão pública.



9.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

9.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

9.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

10.1.1. Será emitida Ordem de Fornecimento para dar início aos serviços.

10.1.2. A contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias corridos para esclarecer dúvidas (enviada por escrito), que por ventura tenham surgido.

10.1.3. Os servidos enquadrados como estudos e análises nas áreas de arquitetura e engenharia terão como produtos a serem entregues, laudos, pareceres ou relatórios.

10.1.4. Os serviços enquadrados como acompanhamento técnico, terão como produtos a serem entregues, relatórios.

10.1.5. Os serviços enquadrados como elaboração de projetos terão como produtos as pranchas (plantas) dos respectivos projetos e seus documentos complementares, como especificações técnicas, memoriais de cálculos e descritivo, conforme previstos nos Anexos deste Termo de Referência.

10.1.6. No caso dos projetos, os trabalhos estão divididos em duas etapas: Fase Preliminar e Fase Projetos. A Fase Preliminar consiste nos serviços necessários aos projetos, tais como cadastro ou atualização da planta física, topografia e sondagem. Essa fase acontecerá somente se o projeto a ser desenvolvido a demandar. Caso contrário, ela será suprimida e os trabalhos começarão com os projetos.

10.1.7. O cronograma contempla as duas fases de forma independente e no caso de não ser necessário a Fase Preliminar, os dias a ela associados não serão contabilizados.

10.1.8. A execução do serviço será iniciada com o recebimento da Ordem de Fornecimento.

10.1.9. A verificação da conformidade da prestação do serviço será realizada com base nos projetos executivos, memoriais descritivos e especificações técnicas, os quais estão detalhados nos Anexos deste Termo de Referência.

10.1.10. Quando os serviços contratados forem concluídos, a Contratada apresentará comunicação escrita informando o fato à fiscalização, a qual competirá a verificação dos serviços e tomará as devidas providências a fim de receber provisoriamente e posteriormente, de forma definitiva.

10.1.11. O pagamento dos serviços acontecerá apenas com a aceitação por parte da fiscalização.

10.1.12. A partir desse conjunto de informações técnicas, a contratada desenvolverá o serviço, levando em consideração o Plano de Trabalho recebido.

PADRONIZAÇÃO DE DESENHOS E TEXTOS

11.1. Orientações para criação de arquivos



- Os desenhos que comporão os projetos deverão ser produzidos com o programa AutoCAD, versão 2018 ou superior, da Autodesk.
- Os arquivos de texto deverão ser executados no aplicativo WORD, Microsoft Office versão 2010, ou outro equivalente ou superior.
- Os documentos de texto deverão ser fornecidos em papel timbrado da Contratada.
- Os arquivos de planilha deverão ser executados no aplicativo EXCEL, Microsoft Office versão 2010, ou outro equivalente ou superior.
- Para demais arquivos gráficos, o aplicativo e extensão a serem utilizados deverão ser acordados, previamente, com a Fiscalização do Contrato.
- A identificação dos arquivos de desenhos deverá ser efetuada conforme a nomenclatura de formato geral UUUAAT-DD-ET-NN-Nnnnnnnnnn-RNN.EX, onde:

UFBA	Sigla de identificação da Universidade Federal da Bahia
UUU	Código resumido de identificação da unidade a ser projetada, formado pela combinação de três letras, informado pela fiscalização, conforme exemplo abaixo: FAR = Faculdade de Farmácia
AA	Dois últimos algarismos do Ano em que o projeto foi elaborado
T	Tipo de projeto, sendo: R = Reforma C = Construção A = Ampliação D = Demolição
DD	Sigla de duas letras que identifica a Disciplina de projeto, sendo: AC = Acústica AR = Arquitetura URB = Urbanismo CL = Climatização Artificial CON = Conforto Ambiental CV = Comunicação Visual DR = Drenagem EL = Elétrica ES = Estrutura HI = Hidrossanitário IP = Impermeabilização IN = Instalações de detecção, prevenção e combate a incêndios PA = Paisagismo SD = Sondagem SO = Sonorização SP = Segurança Patrimonial SPDA = Sistema de proteção contra descargas atmosféricas SV = Sistema Viário



TE = Telefonia e Lógica
TO = Levantamento topográfico
TP = Terraplenagem

ET	Sigla de duas letras que identifica a etapa de projeto, sendo: CA = Cadastro EP = Estudo Preliminar AP = Ante Projeto PB = Projeto Básico PE = Projeto Executivo
Nnnnnn n	Título ou descrição do desenho/documento em até 12 caracteres
RNN	Identificador do nº da revisão (R00; R01; etc.)
EXT	Extensão do arquivo

- A entrega dos produtos poderá ser feita por meio digital. Contudo, caso seja necessário, a versão final, deverá ser impressa e assinada pelo responsável técnico. Em qualquer hipótese é obrigatório a emissão e entrega da RRT/ART dos responsáveis técnicos.

11.2. Orientações para Elaboração de Desenhos em AutoCAD

- Deverá ser utilizada apenas a fonte "ARIAL" com fonte mínima tamanho "12".
- A unidade de desenho padrão será metro (m), tendo suas separações decimais por vírgula e este deverá estar sempre desenhado em verdadeira grandeza.
- Os desenhos de projetos serão feitos no "Model Space", sempre em verdadeira grandeza, e apresentados com o desenho da prancha (formato do papel, legendas, notas e carimbo) no "Paper Space", também na unidade padrão metro.
- O carimbo deverá seguir o padrão fornecido pela CONTRATANTE.
- As anotações, legendas e demais observações relativas ao projeto, bem como informações relativas às áreas (totais, índices, ambientes principais, área de intervenção), esquadrias e especificação de materiais deverão ser apresentadas em quadros separados do carimbo.
- A escala de plotagem e o tamanho da prancha devem ser indicados no arquivo de desenho, ao lado direito externo da área de plotagem, conforme padrão UFBA.
- O tamanho das pranchas deverá obedecer aos seguintes formatos constantes da tabela abaixo

<u>Largura (mm)</u>	<u>Altura (mm)</u>	<u>Formato Padronizado</u>
<u>210</u>	<u>297</u>	<u>A4</u>
<u>420</u>	<u>297</u>	<u>A3</u>
<u>420 < L < 630</u>	<u>297</u>	<u>A3 estendido</u>
<u>594</u>	<u>420</u>	<u>A2</u>
<u>594 < L < 841</u>	<u>420</u>	<u>A2 estendido</u>
<u>841</u>	<u>594</u>	<u>A1</u>
<u>841 < L < 1189</u>	<u>594</u>	<u>A1 estendido</u>



1189

841

A0

11.3. Orientações gerais

- A Empresa deverá fornecer à FAPEX os arquivos correspondentes a todos os documentos técnicos produzidos nas diversas fases do Projeto, devidamente relacionados e identificados.
- A Contratada deverá emitir os desenhos e documentos de Projeto em obediência aos padrões (representação, organização e nomenclatura de arquivos e documentos, etc) previamente definidos.
- A escala a utilizar na representação geral deverá ser conforme documento de Escopo de Projetos, devendo ser mantida para todos os Projetos, tanto quanto possível. Os detalhes executivos e plantas setorizadas terão as escalas de representação adequadas ao seu objetivo.
- Os desenhos de cada Projeto deverão ser numerados sequencialmente e conter indicação do número total de pranchas que compõem o conjunto.
- Todos os documentos técnicos (desenhos, textos, etc.) deverão ser entregues à FAPEX em uma via impressa, sendo que os desenhos deverão ser plotados.
- Os documentos técnicos de cada um dos Projetos deverão ser agrupados em jogos separados e independentes, em correspondência a cada atividade técnica envolvida.
- Os documentos técnicos produzidos em cada etapa de elaboração do Projeto devem ser submetidos à avaliação da SUMAI/UFBA.
- Os documentos técnicos que forem rejeitados, parciais ou totalmente, devem ser revisados ou alterados apenas pelo seu autor e submetidos à nova avaliação.
- Os trâmites para a aprovação dos Projetos junto aos órgãos oficiais e às concessionárias de serviços serão de responsabilidade da Contratada, por meio dos autores dos Projetos.
- Para o pagamento de taxas referentes a órgãos de avaliação e aprovação de projetos, a Contratada deverá providenciar documentos e procurações necessárias para tramitação e entregar à fiscalização do contrato Boleto para Pagamento para que seja efetuado o pagamento pela SUMAI;
- A aprovação do Projeto não eximirá os autores dos mesmos das responsabilidades estabelecidas pelas normas, regulamentos e legislação pertinentes às atividades profissionais.
- A FAPEX/UFBA deterá o direito de propriedade intelectual dos Projetos desenvolvidos, assim como de toda a documentação produzida na execução do Contrato, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da UFBA.

MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

12.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades, promovendo sua substituição quando necessário.

INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

13.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características para a elaboração dos serviços a serem contratados:

13.1.1. Realização de vistorias "in loco".



- 13.1.2. Execução de serviços preliminares, quando necessário, tais como Levantamento Topográfico, Planialtimétrico e Cadastral, sondagem;
- 13.1.3. Elaboração de Projeto de Arquitetura conforme "Escopo de Projetos".
- 13.1.4. Elaboração de Projeto de Engenharia conforme "Escopo de Projetos".
- 13.1.5. Em todos os projetos deverão ser apresentados um esquema geral, plantas por pavimentos, plantas de cortes, plantas de detalhes, especificações e memoriais descritivos entre outros documentos técnicos, de modo a definir exatamente como deverá ser a execução da obra, bem como, Isométricos de Tubulações e Dutos, Fluxogramas e Diagramas, quando for o caso;
- 13.1.6. Apresentação de Cronograma da Obra (com memória de cálculo);
- 13.1.7. Elaboração de Planilhas Orçamentárias Detalhadas por itens, seguindo as diretrizes do Tribunal de Contas da União - TCU, incluindo, os custos de transporte dos materiais não comumente encontrados no Estado, Memória de Cálculo das Quantidades, Composição Analítica, indicação das Referências de Preços de cada item (SINAPI ou, quando não existir, 3 propostas de preço), e Curva ABC, incluindo os valores referenciais de taxas de benefício e despesas indiretas – BDI conforme Acórdão TCU nº 2622/2013 – Plenário;
- 13.1.8. Caderno de encargos, Memorial Descritivo e Especificações Técnicas;
- 13.1.9. Apresentação por escrito das Justificativas das Soluções Adotadas, sempre que solicitado no Plano de Trabalho;
- 13.1.10. Apresentação de todas as Memórias de Cálculo dos Projetos ou relatórios equivalentes do software que por ventura seja utilizado, indicando, também, os parâmetros utilizados.
- 13.1.11. Coordenação e Compatibilização de Projetos com a eliminação de todas as interferências;

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 14.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;
- 14.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 14.3. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 14.4. Efetuar os pagamentos à Contratada, mediante comprovação de execução dos serviços, dentro das condições, prazos e vencimentos estabelecidos.
- 14.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 14.6. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;



- 14.7. Pagar a contratada o valor resultante da prestação de serviço, no prazo e condições estabelecidas nesse Termo de Referência.
- 14.8. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em razão de enquadrar-se como substituta tributária.
- 14.9. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 14.10. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;
- 14.11. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 14.12. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 14.13. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 14.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 14.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 14.16. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 14.17. Arquivar, entre outros documentos, todo o material recebido, fruto do contrato.
- 14.18. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 15.1. A Contratada indicará um representante técnico na qualidade de Coordenador Geral de Projetos, para realizar planejamento, programação e controle de todas as atividades e etapas para o desenvolvimento do Projeto como um todo.
- 15.2. A Coordenação específica de cada uma das atividades técnicas do projeto e de seus elementos e componentes deverá ser atribuída aos profissionais responsáveis pela sua concepção e detalhamento.
- 15.3. Cabe ao Coordenador Geral de Projetos:
 - 15.3.1. Manter os prazos em dia, cumprindo com o cronograma estabelecido;
 - 15.3.2. Participar de todas as reuniões agendadas com a UFBA;
 - 15.3.3. Estabelecer a compatibilização dos projetos entre as diversas áreas técnicas avaliando interferências, critérios e soluções adotadas;
- 15.4. A Contratada deverá providenciar junto ao CREA, ou CAU, ou CFT as Anotações, Registro ou Termo de Responsabilidade Técnica (ART / RRT / TRT) referentes a todos os Projetos e atividades técnicas, objeto deste Termo de Referência, inclusive da Elaboração do Orçamento.
- 15.5. A contratada deverá responder os e-mails da fiscalização em até 24h;
- 15.6. A contratada deverá enviar semanalmente, por e-mail, um relatório sobre o desenvolvimento dos projetos, incluindo todas as disciplinas.
- 15.7. A Contratada deverá efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do Contrato, até o recebimento definitivo dos serviços, salvo as taxas de aprovação e avaliação de projeto perante órgãos reguladores, quando previsto na planilha orçamentária.



15.8. A Contratada deverá encaminhar à UFBA cópia dos Projetos com os carimbos e chancela dos órgãos competentes, quando for o caso. O pagamento do referido projeto estará condicionado a aprovação desses órgãos.

15.9. Caso seja essencial a substituição do Responsável Técnico apresentado durante o certame no período de execução do contrato, a Contratada deverá apresentar carta de justificativa para a substituição junto a Certidões de Acervo Técnicos (CAT) (caso essas tenham sido exigidas na Habilitação) e currículo do novo profissional, de modo que fique comprovada a manutenção das condições da fase de habilitação do certame.

15.10. Será de responsabilidade dos autores dos Projetos, efetuar as modificações necessárias à sua aprovação, seja pela contratante, pelos órgãos públicos competentes, fiscalização e controle, sem custo adicional para a contratante, quando for o caso.

15.11. A contratada, para o desenvolvimento das atividades concernentes à execução do objeto, deverá manter um escritório ou preposto na cidade sede administrativa da contratante, qual seja a cidade de Salvador ou região metropolitana, estado da Bahia, de modo a permitir o contato e o atendimento das demandas da Instituição de forma continuada e mais célere. Tal previsão se dá pela necessidade constante de interação com a equipe técnica da Contratante, de modo a promover, em tempo hábil, todos os atos de entrega dos projetos, necessários aos futuros processos licitatórios das obras da UFBA.

15.12. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

15.13. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

15.14. A Contratada deverá possuir ou providenciar os equipamentos, os materiais, os insumos, a mão de obra, os meios de transporte, e demais itens necessários ao desenvolvimento de todas as etapas do Projeto.

15.15. Executar os serviços conforme especificações constantes do Termo de Referência, seus anexos e a sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais; além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas específicas neste Termo de Referência e sua proposta.

15.16. Prestar todo esclarecimento e permitir acesso aos representantes da fiscalização e toda pessoa autorizada pela mesma a todos os locais onde estejam sendo realizados os trabalhos, relacionados com o objeto da presente licitação, ainda que nas dependências do Contratado ou de terceiros.

15.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

15.18. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;



15.19. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

15.20. Assegurar à Contratante:

15.20.1. o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à contratante distribuir, alterar e utilizar estes sem limitações;

15.20.2. os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

15.21. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

15.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de menor aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

15.23. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15.24. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação.

15.25. Reparar, corrigir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os projetos efetuados que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

15.26. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

15.27. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

15.28. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

15.29. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

15.30. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;

15.31. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Contratante possa utilizá-lo de acordo com o previsto no Termo de Referência.



- 15.32. Quando o projeto se referir a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra;
- 15.33. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá
- 15.34. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
- 15.35. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 15.36. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no item Subcontratação desse documento ou na minuta de contrato;
- 15.37. Participar de reuniões, sempre que solicitada pela contratante, com toda a equipe técnica da Contratada presente.

DA SUBCONTRATAÇÃO

- 16.1. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato, bem como a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.
- 16.2. No caso de subcontratação parcial só será permitida na seguinte forma:
- 16.2.1. Até o limite 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:
- 16.2.1.1. A subcontratação depende da autorização prévia por parte do Contratante, ao qual cabe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis, dentre eles a regularidade fiscal e trabalhista.
- 16.2.1.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 16.2.1.3. A empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.
- 16.3. A exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:
- 16.3.1. Microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 16.3.2. Consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte; e
- 16.3.3. Consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.



16.4. A contratada deverá entregar por escrito a relação de serviços que serão subcontratados, bem como as empresas que serão subcontratadas, com um prazo de no máximo 15 (quinze) dias de antecedência da execução dos serviços, para que a contratante proceda a devida avaliação da documentação e conceda a autorização ou rejeição;

16.5. Caso haja necessidade de comprovação de habilitação técnica (apresentação de CAT) em determinados serviços, para o processo licitatório, estes não poderão ser objeto de subcontratação.

ALTERAÇÃO SUBJETIVA

17.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

18.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados.

18.2. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada.

18.3. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

18.4. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

18.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

18.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

18.7. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

18.8. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.



18.9. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

18.10. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

18.11. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

18.12. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

18.13. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

18.14. A fiscalização dos serviços caberá a Universidade Federal da Bahia, através da Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura/Coordenação de Projetos e Registros Imobiliários (CPR/SUMAI).

18.15. A Fiscalização contratual dos serviços deverá seguir o disposto do Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização, da Instrução Normativa nº. 05, de 26 de maio de 2017, sem prejuízo de outras medidas que o órgão julgar necessárias, de acordo com a especificidade do objeto e do local.

18.16. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

18.17. O acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

18.18. Os representantes da Fiscalização reportar-se-ão diretamente ao Responsável Técnico do Contratado.

18.19. É papel da fiscalização atestar os documentos referentes à conclusão de cada um dos itens dos serviços planejados e efetivamente executados, nos termos contratados, para efeito de pagamento.

18.20. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Fiscalização, deverão ser solicitadas à Coordenação de Projetos e Registros – CPR/SUMAI em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

18.21. A Fiscalização se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com o presente Termo de Referência e seus Anexos e com o contrato.

18.22. As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da Contratante, encarregado da Fiscalização do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito.



18.23. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

19.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme disposto nesse item, devendo haver redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:

19.1.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

19.1.1.1. Entende-se por qualidade mínima o atendimento a todos os elementos de projeto definidos no Anexos deste Termo de Referência.

19.1.2. Não participar de reuniões quando solicitado pela fiscalização, incluindo aqui todos os membros da equipe convocados (ou seus substitutos, aprovados pela fiscalização);

19.1.3. Não responder aos e-mails da fiscalização no prazo de até 24h;

19.1.4. Não fazer as alterações ou correções nos projetos, quando solicitados pela fiscalização, no prazo definido pela mesma.

19.1.5. Não enviar, semanalmente, por e-mail um relatório sobre o desenvolvimento dos projetos, incluindo todas as disciplinas.

19.1.6. Não atender as normas da ABNT e orientações de órgãos de aprovação (Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária).

19.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para avaliação de prestação de serviço.

19.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

19.3.1. Para cada subitem do item 15.1 a pontuação será a que segue:

- a) Quando não houver ocorrência – 6 pontos
- b) Quando houver 01 ocorrência – 5 pontos
- c) Quando houver 02 ocorrências – 4 pontos
- d) Quando houver 03 ocorrências – 3 pontos
- e) Quando houver 04 ocorrências – 2 pontos
- f) Quando houver 05 ocorrências – 1 ponto
- g) Quando houver 06 ocorrências – 0 ponto

19.3.2. A faixa de pontuação será de acordo com a tabela abaixo:

FAIXA DE PONTUAÇÃO	PAGAMENTO DEVIDO	FATOR DE AJUSTE DO NÍVEL DE SERVIÇO
De 25 a 24 pontos	100% do valor devido	1,00
De 23 pontos	98% do valor devido	0,98
De 22 pontos	96% do valor devido	0,96
De 21 pontos	93% do valor devido	0,93
De 20 pontos	90% do valor devido	0,90
abaixo de 20 pontos	90% do valor devido + multa	0,90+ multa

19.3.3. Será indicada a retenção ou glosa do pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso a contratada:



19.3.3.1. Não produzir os resultados acordados, ou deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida (15.1.1.1), tendo como critérios além do Escopo de Projetos todas as orientações contidas nesse Termo de Referência.

19.3.3.2. Deixar de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, sobretudo com a substituição de responsáveis técnicos, sem a anuência da fiscalização.

DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

20.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

20.1.1. Após a aprovação, pela contratante, de cada etapa finalizada, de acordo com Cronograma estabelecido para cada PTA/OS, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada (se for o caso), para análise da fiscalização.

20.1.1.1. A fiscalização avaliará o material recebido bem como aplicará o IMR – Instrumento de Medição de Resultado.

20.1.2. Após aprovação do produto recebido, pela fiscalização, a contratada deve emitir a Nota Fiscal.

20.1.3. No caso de serviço definido em etapas, este estará concluído quando os serviços previstos, estiverem executados em sua totalidade.

20.1.3.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

20.1.3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

20.1.3.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas.

20.1.3.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.



20.1.4. No prazo previsto em cronograma, a partir do recebimento dos documentos da contratada, o fiscal deverá elaborar relatório circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

20.1.4.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

20.1.4.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

20.1.4.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

DO PAGAMENTO

21.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço conforme esse Termo de Referência.

21.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

21.3. Não se admite pagamento antecipado. O pagamento será realizado somente com serviço concluído e aceito pela fiscalização.

21.4. Os serviços serão pagos, de forma individual, conforme valores estabelecidos nos Planos de Trabalho, considerando as etapas, quando houver. Dessa forma, serão emitidas quantas faturas forem necessárias, a fim de cobrir as demandas da contratante.

21.5. O custo de cada serviço estará definido no contrato correspondente e será calculado de acordo com a unidade definida.

21.6. Os acréscimos ou supressões que porventura venham a ocorrer não excederão aos limites estabelecidos serão realizados mediante justificativa e acordo entre as partes.

21.7. Os projetos serão recebidos definitivamente após aprovação pela fiscalização e serão encaminhados para medição, de acordo com a fase de que trata o cronograma da OF correspondente.

21.8. Caso exista algum impedimento na entrega total de alguma das fases de desenvolvimento, a fiscalização avaliará o material remanescente e, se o aceitar, encaminhará para o pagamento das peças finalizadas. Nesse sentido, o pagamento será realizado de acordo com o valor de cada disciplina de projeto finalizado.

21.9. No caso de haver necessidade de aprovação de projeto em algum órgão (ex. Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, etc), o pagamento fica condicionado a aprovação desse órgão. Podendo, a critério da fiscalização, fazer um pagamento parcial de até 50% do valor do serviço.

21.9.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.



21.9.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

21.9.2.1. Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor contratado, a contratante notificará a contratada para o saneamento da irregularidade no prazo de cinco dias úteis, renováveis por igual pedido, a critério da contratante.

21.9.2.2. Persistindo a situação de irregularidade, a contratante adotará as medidas necessárias para a rescisão do contrato, sem prejuízo a apuração de eventuais prejuízos decorrentes da situação apresentada, em constante observância à ampla defesa e ao contraditório.

21.9.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

21.9.3.1. O prazo de validade;

21.9.3.2. A data da emissão;

21.9.3.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

21.9.3.4. O período de prestação dos serviços;

21.9.3.5. O valor a pagar; e

21.9.3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

21.9.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

21.9.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

21.9.6. Antes de cada pagamento à contratada, será verificada a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

21.9.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, serão observados os critérios 22.9.2.1 e 22.9.2.2.

21.9.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

21.9.8.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

21.9.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

21.9.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;



N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100) / 360}{I = 0,00016438} \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

REAJUSTE

22.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

22.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

22.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

22.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

22.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

22.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

22.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

22.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa a Contratada que:

23.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

23.1.2. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela FAPEX, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades estabelecidas.

23.1.3. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

23.1.4. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

23.1.5. Comportar-se de modo inidôneo; ou



- 23.1.6. Cometer fraude fiscal.
- 23.1.7. Não atender as orientações da UFBA, sobretudo aquelas apontadas formalmente, por meio de ofícios.
- 23.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a FAPEX pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:
 - 23.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
 - 23.2.2. Multa de
 - 23.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - 23.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto (entendendo-se como atraso nas etapas do cronograma), por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida.
 - 23.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - 23.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre a medição mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo;
 - 23.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato;
 - 23.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;
- 23.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a FAPEX pelo prazo de até dois anos;
- 23.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a FAPEX, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria Contratante, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 23.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 23.6. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:



Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela

2

INFRAÇÕES		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	2
Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	1
9	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Termo de Referência/Contrato;	1

23.7. Também ficam sujeitas às penalidades previstas nos itens 24.3 e 24.4 supra, as empresas ou profissionais que:

23.7.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

23.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

23.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

23.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessários



à apuração da responsabilidade da empresa serão remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

23.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na FAPEX.

23.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada,

23.12. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos por meio das parcelas devidas a contratada, ou seja, suas medições, ou recolhidos em favor da FAPEX, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente.

23.12.1. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a FAPEX poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

23.12.2. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

LEGISLAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS

24.1. A CONTRATADA será responsável pela observância das Leis, dos Decretos, das Portarias, e:

24.1.1. Normas (federais, estaduais, municipais, distritais), dos Regulamentos, das Resoluções, das Instruções Normativas e das demais normas aprovadas no âmbito da CONTRATANTE, direta e/ou indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas, independente de citação:

24.1.2. Códigos, Lei de uso e ocupação do solo, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais, distritais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos,

24.1.3. Normas do Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, entre outros;

24.1.4. Normas técnicas brasileiras elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

24.1.5. Regulamentos do INMETRO;

24.1.6. Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE;

24.1.7. Instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA / CONFEA / CAU / CFT;

24.1.8. Instruções do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil –SINAPI;

24.2. Outras normas aplicáveis ao objeto do contrato.



MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 25.1. Contratada deverá atender aos requisitos especificados no presente Termo de Referência, de forma a garantir a conclusão dos serviços;
- 25.2. Fica definido como gestor do contrato, a Coordenação de Licitações e Contratos da FAPEX, tendo como auxiliares os seguintes fiscais, definidos em Portaria específica da SUMAI:
- 25.2.1. Fiscal (is) Técnico (s) – que auxiliará o gestor do contrato quanto a fiscalização da execução e cumprimento do objeto contratado;
- 25.3. A contratada deverá entender-se com a Fiscalização Técnica, mantendo-a sempre informada do andamento dos serviços e das recomendações dada para execução dos trabalhos.
- 25.4. Serão mantidas Reuniões Técnicas Administrativas, provocados por qualquer das partes, para o encaminhamento das soluções dos problemas que venham a surgir no andamento dos serviços.

MATERIAL TÉCNICO A SER DISPONIBILIZADO

- 26.1. Serão disponibilizados os seguintes documentos para subsidiar a elaboração do Projeto:
- a) Arquivo Template do software Autocad, carimbo e outras definições de arquivos (a ser entregue com a Ordem de Serviço);
 - b) Arquivo em CAD com estudo preliminar do projeto de arquitetura ou Projeto Básico/Executivo de Arquitetura;
- 26.2. Os Projetos e demais documentos existentes, referentes à área objeto de intervenção, serão colocados à disposição da Contratada, que se incumbirá de executar quaisquer conferências e/ou levantamentos que se fizerem necessários para o desenvolvimento do trabalho.

DO ÓRGÃO FISCALIZADOR

- 27.1. Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura – SUMAI, da Universidade Federal da Bahia

GESTÃO DO CONTRATO

- 28.1. Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (FAPEX) e Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura (SUMAI).

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DESTE TERMO DE REFERÊNCIA

Salvador, 27 de março de 2025.

Arq. Ana Carolina S. Paiva C. Assmar
Matrícula SIAPE nº2146685
CAUBA A93035-0

Professora Juliana Bezerra do Amaral
Coordenadora do Projeto